

# **Para haver o Progresso é preciso haver Ordem**

## **Hino Nacional Brasileiro para crianças com letra**

<https://youtu.be/5IPRCndLHao?t=50>

## **Crianças cantando o Hino jurando a Bandeira do Brasil**

<https://www.youtube.com/watch?v=jto7f1wwtzu>

Piva Conservador

## **Pós Direito Proteção de Dados - Conclusão a Partir de 6 Meses**

Temos mais de 10 anos de experiência de ensino online para você investir na sua pós. Chegou a hora de levar a tua carreira pra outro nível. São 100+ cursos, vem conhecer!

## **Curso Proteção de Dados FGV - Curta Duração FGV LAW SP**

<https://direitosp.fgv.br/law/curta>

Compreenda os fundamentos da proteção de dados pessoais e como têm sido postos em prática. Entenda os tipos de dados e o conceito de dado pessoal. Princípios da proteção de dados. Formação Interdisciplinar. Especialização em Direito. Curta Duração em Direito.

## **Formação CDPO Brasil - IAPP - Certificado Internacional**

Treinamento CDPO Brasil totalmente online e ao vivo. Certificação oficial IAPP. Incluso treinamento CIPM e diversos materiais extras.

Não perca tempo e garanta sua vaga! Professores Certificados. Material Completo. Garanta seu futuro...

## **Cursos sobre Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**

- Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais. <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/153>.
- Proteção de Dados Pessoais no Setor Público. <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/290>.
- Governança de Dados. <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/270>.

- Cursos sobre Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- <https://www.poli.usp.br> > comunicados-internos > 43395-

## **Peduti Advogados - Assessoria de Direito Digital**

<https://www.peduti.com.br/advocacia/lgpd>

Elaboração e revisão de contratos, formulários, termos de uso e privacidade e muito mais.

Escritório especializado em Direito Digital há 40 anos no mercado nacional e internacional. Alianças Estratégicas.

Protocolo de Madrid. Agro e Biotecnologia. Direito Imobiliário.

Direito em Inovação · Avaliação de Marcas · Eletrônico e Digital · Direito Societário

## **Google alerta Empresas a buscarem auxílio de advogado para adequação à LGPD**

- Publicado por Time BL Consultoria
- em LGPD, Privacidade & Proteção de Dados

A LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados – já está em vigor e muitas empresas estão preocupadas com a adequação de procedimentos internos, seguindo as melhores práticas para utilização dos dados de seus usuários. Uma das maiores empresas de Big Data, o Google, mudou sua política privacidade e termos de proteção de dados. A medida foi anunciada através de e-mail contendo um alerta para que empresas busquem auxílio de advogado para adequação à LGPD.

## **24 DE JANEIRO - DIA DOS(AS) APOSENTADOS(AS)**

QUANTOS APOSENTADOS EXISTIAM NO BRASIL EM 2022?

Mais de 37 milhões de aposentados e pensionistas recebem benefícios do órgão.

Para quem recebe um salário mínimo, os depósitos referentes a janeiro serão feitos entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro.

8 de dez. de 2022

## **QUANTOS APOSENTADOS TÊM O ESTADO DE SÃO PAULO?**

O governo estadual estima que cerca de 420 mil beneficiários, incluindo aposentados e pensionistas,

serão contemplados a partir de janeiro de 2023. 4 de nov. de 2022

## **Idosos têm direito a 8 benefícios, isenções e gratuidades; veja quais...**

*Isaac de Oliveira / Do UOL, em São Paulo/ 14/10/2021 04h00*

Idosos podem poupar algum dinheiro do orçamento doméstico valendo-se de alguns direitos que eles nem sempre conhecem. Parte desses direitos está assegurada no Estatuto do Idoso, que completou 18 anos recentemente. Saúde, transporte, habitação e lazer são alguns exemplos de garantias legais e que podem ser usadas de forma gratuita por pessoas com mais de 60 anos, ou mais de 65, em alguns casos...

Confira a seguir alguns direitos que asseguram atendimento prioritário, bem como gratuidade e descontos aos idosos no Brasil... -

**IPTU** Em algumas cidades, os idosos têm isenção no IPTU (Imposto Territorial Urbano). O direito pode variar conforme idade e valor do imóvel. Na capital paulista, por exemplo, é preciso: Ser aposentado, pensionista ou beneficiário de renda mensal vitalícia; Não possuir outro imóvel no município; Utilizar o seu único imóvel como residência; Ter rendimento mensal que não ultrapasse três salários mínimos (R\$ 3.300), para isenção total; Ter rendimento mensal entre três e cinco salários mínimos (R\$ 5.500) para isenção parcial; o imóvel deve fazer parte do patrimônio do solicitante; O valor venal do imóvel ser de até R\$ R\$ 1.369.813. Para saber se tem esse direito na sua cidade e quais... - Veja mais em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/14/oito-beneficios-isencoes-gratuidades-para-idosos.htm#:~:text=Sa%C3%BAde%2C%20transporte%2C%20habita%C3%A7%C3%A3o%20e%20lazer,de%2065%2C%20em%20alguns%20casos.>

(Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/14/oito-beneficios-isencoes-gratuidades-para-idosos.htm?cmpid=copiaecola>, data de acesso: 24/01/2023)

## **28 de Janeiro - Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo**

*Há trabalho escravo no Brasil? Quais leis protegem pessoas que são exploradas na SUS mão de obra?*

### **Trabalho escravo no Brasil atual**

O trabalho escravo no Brasil ainda existe e atinge milhares de pessoas em todo o território nacional.

"O Brasil foi a última nação do mundo ocidental a abolir o trabalho escravo de forma oficial, o que ocorreu no final do século XIX. No entanto, em termos práticos, esse problema continua a existir nos dias atuais. Informações recentes estimam a ocorrência de 200 mil trabalhadores no país vivendo em regime de escravidão, segundo dados do Índice

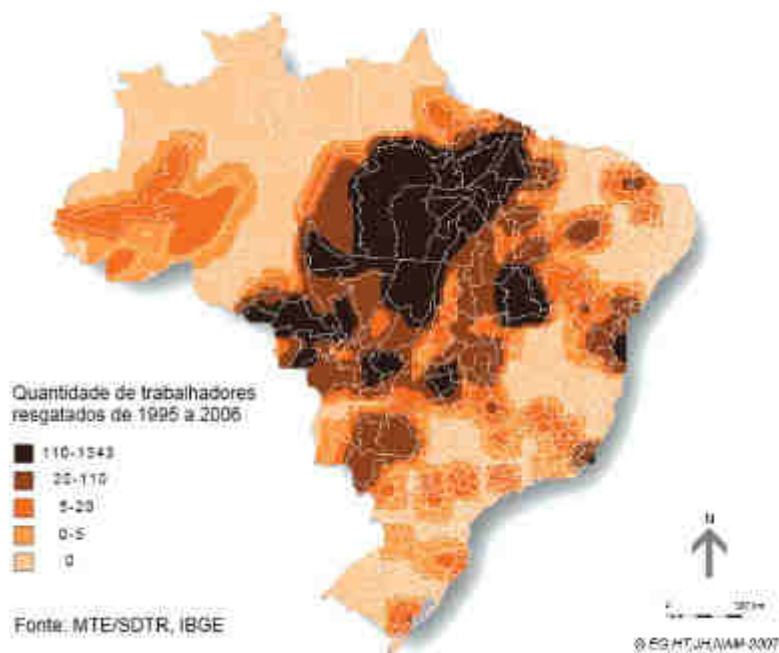
de Escravidão Global, elaborado por Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Primeiramente, é importante o estabelecimento da definição do que seja considerado, propriamente, o regime de escravidão. Segundo a OIT, é considerado escravo todo o regime de trabalho degradante que priva o trabalhador de sua liberdade. Isso ocorre no Brasil, em maior parte, em espaços rurais distantes de centros urbanizados e rotas de transporte para fuga, onde os trabalhadores são geralmente coagidos a continuarem laborando sob a alegação da existência de dívidas com fazendeiros.

Mas esse tipo de ocorrência nem sempre ocorre dessa forma e também não é algo exclusivo do meio agrário. Em setembro de 2013, por exemplo, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) denunciou a existência de trabalhadores em regime de escravidão nas obras de ampliação do Aeroporto de Guarulhos, no estado de São Paulo.

Em termos práticos, é possível afirmar que o trabalho escravo nunca foi abolido totalmente no território nacional. No entanto, apenas em 1995 o governo reconheceu oficialmente perante a OIT a existência desse tipo de problema no país, embora este tenha sido um dos primeiros no mundo a realizar esse tipo de pronunciamento. Atualmente, apesar da grande quantidade de trabalhadores escravizados no país, o Brasil é considerado internacionalmente um dos países mais avançados em esforços governamentais e não governamentais para acabar com esse problema.

Geograficamente, é possível visualizar a ocorrência de trabalho escravo no Brasil no mapa a seguir:



Mapa do número de trabalhadores escravizados resgatados no Brasil de 1995 a 2006 \*

Não por coincidência, as manchas mais escuras no mapa indicam um maior número de trabalhadores escravizados resgatados nas zonas de expansão da fronteira agrícola do país,

atingindo, em maior parte, trechos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nessas zonas, onde o processo de desmatamento ainda está em curso, não há a adoção de técnicas agrícolas mais avançadas, além de apresentarem condições geográficas que dificultam a fiscalização, como a floresta densa, isso sem falar nas relações políticas de poder local.

O Brasil, segundo um ranking elaborado pela Organização Não Governamental Walk Free Foundation, ocupa a 94ª posição no mundo entre os países que, proporcionalmente à sua população, mais possuem trabalhadores em regime de escravidão. Apesar de as ações brasileiras serem consideradas exemplares internacionalmente, o país ainda encontra dificuldades em avançar nessa questão, pois esbarra em vários interesses, principalmente de latifundiários.

Um exemplo é o caso da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 57-A/1999) que pretende endurecer as leis sobre o tema, a chamada PEC do Trabalho Escravo. Essa proposta tramita desde 1999 no legislativo e encontra dificuldade em sua aprovação, com recusas pautadas em argumentos frágeis, como o de que o conceito de trabalho escravo no Brasil não é bom, o que não é verdade segundo a maioria das entidades e ONGs que atuam nesse assunto.

O problema, na verdade, é que essa PEC propõe questões que desagradam profundamente muitos entre os grandes proprietários de terras, como o confisco de propriedades onde o trabalho escravo foi flagrado e o seu destino para a Reforma Agrária, sem indenização ao proprietário.

Apesar de o Brasil registrar recentes avanços no combate à escravidão de forma definitiva, ainda há muitos problemas que ainda precisam ser diagnosticados e erradicados, haja vista o grande número de pessoas estimadas vivendo em condições sub-humanas de trabalho. O escravismo é considerado internacionalmente uma violação grave aos direitos humanos, no sentido de explorar e privar o ser humano do exercício de sua liberdade.

Disponível em: <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>

Por Rodolfo Alves Pena

Graduado em Geografia"

(Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/trabalho-escravo-no-brasil-atual.htm>,

data de acesso: 25/01/2023)